



99

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003157-45.2014.8.17.0000 (0331471-8)**

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL**

**AGRAVANTE: EDIVALDO ROCHA CARVALHO FILHO**

**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**EMENTA: EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. COMETIMENTO DE NOVO DELITO NO CURSO DO PERÍODO DE PROVA. LEGALIDADE. ART. 145 LEP. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. CONFIGURAÇÃO DE FALTA GRAVE. ART. 127 LEP. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE UNIDADE PRISIONAL E RESTABELECIMENTO DE ATIVIDADE LABORATIVA. MÉRITO ADMINISTRATIVO. NÃO PROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO POR UNANIMIDADE.**

1. O art. 145 da Lei de Execuções Penais determina que se o reeducando praticar outra infração penal no curso do livramento condicional, impõe-se a suspensão do benefício. O trânsito em julgado da condenação pelo novo delito somente é exigido para efeito de revogação do livramento, nos termos do art. 86 do Código Penal.
2. Além de ser reincidente específico na prática do crime de furto qualificado, a última reiteração delitiva evidencia o descaso do apenado com a legislação penal e a inaptidão para o gozo da liberdade sob condições, não havendo necessidade de oitiva prévia do agravante para a confirmação da necessidade de medida cautelar de encarceramento para garantir o real cumprimento da sanção penal e possibilitar a efetiva ressocialização do condenado.



100

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

3. Com relação à perda de 1/3 dos dias remidos em favor do reeducando, o reconhecimento de falta grave, decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena, prescinde do trânsito em julgado da condenação. Os dias remidos têm natureza de expectativa de direito, de forma que, cometida alguma falta grave, o apenado ficará sujeito a sua perda.
4. Apesar de não se tratar de consequência automática da falta grave, não há qualquer vício a ser corrigido quando o magistrado fundamenta sua decisão e o caso concreto demonstra a real necessidade de punição, contanto que respeitado o limite imposto no art. 127 da Lei nº. 7.210/84, como no presente caso.
5. A definição do estabelecimento penitenciário em que o apenado deve permanecer traduz atividade própria do Juiz da Execução Penal, não podendo aquele magistrado delegar seu poder jurisdicional ao condenado, deixando que ele escolha a pena e o local de cumprimento que lhes sejam mais convenientes, pois a obediência aos preceitos jurídicos deve prevalecer sobre o interesse do réu, visando sempre a recuperação social do reeducando, a fim de que possa conviver em sociedade segundo os preceitos vigentes no ordenamento jurídico.
6. Com relação ao labor dos presos, por se tratar de garantia e dever legalmente estabelecido, a sua efetividade não depende de autorização judicial, mas tão-somente do comando da autoridade administrativa para a sua consecução, atendendo às condições pessoais e necessidades futuras, além das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (art. 32 LEP), e também depende de autorização da direção da unidade prisional quando se tratar de trabalho externo (art. 37 da LEP).
7. Não provimento do recurso.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Agravo em Execução nº 0003157-45.2014.8.17.0000 (0331471-8) em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, por



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso interposto por Edivaldo Rocha Carvalho Filho, para que seja mantida integralmente a decisão recorrida, consoante o voto do Des. Relator.

Recife, 1º de Julho de 2014.

  
**DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**  
**Presidente/Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003157-45.2014.8.17.0000 (0331471-8)**

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL**

**AGRAVANTE: EDIVALDO ROCHA CARVALHO FILHO**

**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**RELATÓRIO**

Trata-se de agravo em execução interposto pela defesa de **Edivaldo Rocha Carvalho Filho** contra a decisão prolatada pelo Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Recife, que suspendeu o Livramento Condicional anteriormente concedido, em virtude de sua prisão em flagrante que originou a Ação Penal nº. 0005853-19.2013.8.17.1090, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, III, do Código Penal.

Em síntese, o recorrente pugna pelo restabelecimento do benefício do Livramento Condicional que fora revogado em virtude do suposto cometimento de novo crime, e bem assim a restituição de 1/3 da pena em dias remidos, que foram excluídos da contagem penal.

Subsidiariamente, o agravante requer a transferência da unidade prisional em que se encontra, e também o restabelecimento do direito de trabalho, tendo em vista que durante o cumprimento no regime fechado exercia atividades no interior da penitenciária na qualidade de "concessionado".

Em sede de contrarrazões, o representante do Ministério Público ressalta que o sentenciado é reincidente em crimes contra o patrimônio e que violou condição básica para continuidade de sua liberdade condicionada, sendo autuado em flagrante pelo crime de furto,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

mais uma vez. Assim, ratifica o acerto da decisão recorrida com relação à suspensão da liberdade condicional, mas acredita que a perda de 1/3 dos dias remidos em benefício do réu só devem ser anulados com o trânsito em julgado da condenação ou com a conclusão de procedimento disciplinar próprio (fls. 71/73).

Na oportunidade para o juízo de retratação, o magistrado manteve integralmente a decisão proferida, reafirmando a legalidade dos fundamentos da decisão recorrida, principalmente nos arts. 145 e 52 da Lei de Execuções Penais.

A Procuradoria de Justiça, em parecer ofertado às fls. 85/87, opinou pelo não provimento do agravo, pois as medidas adotadas pelo Juízo *a quo* são condizentes com a conduta do apenado e atendem aos dispositivos legais referentes à matéria.

**É O RELATÓRIO.**

Inclua-se em pauta para julgamento.

Recife, 21 de maio de 2014.

  
**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

**QUARTA CÂMARA CRIMINAL**

**PROCESSO Nº 0003157-45.2014.8.17.0000 (0331471-8)**

**AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL**

**AGRAVANTE: EDIVALDO ROCHA CARVALHO FILHO**

**AGRAVADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

**RELATOR: DES. MARCO ANTÔNIO CABRAL MAGGI**

**VOTO**

Srs. Desembargadores,  
Sr.(a) Procurador(a).

Conforme relatado, cuida-se de agravo em execução interposto pela defesa de **Edivaldo Rocha Carvalho Filho** contra a decisão prolatada pelo Juiz da 2ª Vara de Execuções Penais da Comarca de Recife, que suspendeu o Livramento Condicional anteriormente concedido, em virtude da prisão em flagrante que originou a Ação Penal nº. 0005853-19.2013.8.17.1090, pela prática do crime previsto no art. 155, § 4º, III, do Código Penal.

Em síntese, o recorrente pugna pelo reestabelecimento da liberdade condicionada que foi suspensa e pela restituição de 1/3 da pena em dias remidos que foram excluídos, em virtude do suposto cometimento de nova infração penal.

Subsidiariamente, o agravante requer a transferência da unidade prisional em que se encontra, e também o restabelecimento do direito de trabalho, tendo em vista que durante o cumprimento no regime fechado exercia atividades no interior da penitenciária na qualidade de "concessionado".



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

De acordo com a documentação acostada nos autos, o agravante possui quatro condenações com trânsito em julgado pela prática de crimes de natureza patrimonial (furtos qualificados), cuja soma definitiva das penas privativas de liberdade resulta em 20 (vinte) anos e 03 (três) meses de reclusão.

O histórico penal do sentenciado denota que ele foi preso inicialmente em 15/08/2002, solto em 20/09/2002, preso novamente em 02/08/2003, evadindo-se em 03/09/2006, e preso em 18/06/2008, cumprindo a reprimenda regularmente a partir de então.

Em decisão datada de 25 de março de 2013, o juízo das execuções penais competente, considerando que o apenado já havia cumprido mais de 1/3 de sua pena e que se enquadrava nas condições estabelecidas no art. 2º, do Decreto nº. 7.648/2011, à base de 1/5 da reprimenda, reajustou a pena total imposta para 16 (dezesesseis) anos, 02 (dois) meses e 12 (doze) dias de reclusão.

Na mesma decisão, concedeu a remição de 187 (cento e oitenta e sete) dias pelo período de trabalho e de estudo, em intervalos compreendidos entre os anos de 2009 e 2012, e desse modo, deu como cumprida mais da metade da pena, outorgando-lhe, assim, o benefício do Livramento Condicional, que se iniciou em 02/04/2013 e terminaria em 17/12/2020 caso não fosse suspenso ou revogado.

Ocorre que, em 18/06/2013, apenas três meses depois da concessão da Liberdade Condicionada, o acusado foi preso em flagrante mais uma vez pela prática do mesmo crime patrimonial (art. 155, § 4º, do CPB), originando a Ação Penal nº. 5853-19.2013.8.17.1090, que tramita atualmente na 2ª Vara Criminal da Comarca de Paulista.

Assim, entendendo presentes o *fumus boni jûris* e o *periculum in mora*, o juízo das execuções penais determinou o imediato recolhimento do sentenciado à unidade de regime fechado em que se encontrava (Penitenciária Professor Barreto Campelo, em Itamaracá/PE), bem como a perda de 1/3 da remição concedida, nos termos do art. 127 da Lei nº. 7.210/84 (fl. 05).

Com efeito, o art. 145 da Lei de Execuções Penais determina que se o reeducando praticar outra infração penal no curso do livramento condicional, impõe-se a

103



104

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

suspensão do benefício. O trânsito em julgado da condenação pelo novo delito somente é exigido para efeito de revogação do livramento, nos termos do art. 86 do Código Penal.

Sobre essa matéria, Julio Mirabete leciona:

"Quando se tem notícia de que o liberado praticou um crime ou contravenção, é possível que as circunstâncias indiquem a necessidade de ser suspenso imediatamente o curso do benefício. Diante da gravidade do fato noticiado ou das circunstâncias que cercaram a participação do liberado, pode-se concluir que o liberado não está em condições de integrar-se socialmente." (Execução Penal, 11ª Edição, p. 597).

Assim, considerando que no caso em apreço, a suspensão do benefício se deu em razão de novo delito, ainda no curso do período de prova, não há nenhuma ilegalidade a ser reparada.

Além de ser reincidente específico na prática do crime de furto qualificado, a última reiteração delitiva evidencia o descaso do apenado com a legislação penal e a inaptidão para o gozo da liberdade sob condições, não havendo necessidade de oitiva prévia do agravante para a confirmação da necessidade de medida cautelar de enclausuramento para garantir o real cumprimento da sanção penal e possibilitar a efetiva ressocialização do condenado.

Nesse sentido, colaciono os recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS. (1) IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ORDINÁRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. (2) LIVRAMENTO CONDICIONAL. COMETIMENTO DE UM NOVO DELITO. SUSPENSÃO CAUTELAR. INTIMAÇÃO PARA OITIVA PRÉVIA DO REEDUCANDO. AUSÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. (3) ORDEM NÃO CONHECIDA.

1. *Omissis*.

2. A suspensão cautelar do livramento condicional sem a prévia oitiva do reeducando, diferentemente da revogação, não constitui ofensa às garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, posto que somente ocorre uma postergação e não uma supressão do ato, que será realizado por ocasião da revogação do benefício. Precedentes desta Corte.

3. Ordem não conhecida.

(STJ: HC 261.079/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe 30/04/2014)





105

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO-CABIMENTO. RESSALVA DO ENTENDIMENTO PESSOAL DA RELATORA. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE NOVO CRIME NO CURSO DO LIVRAMENTO CONDICIONAL. SUSPENSÃO DO BENEFÍCIO DURANTE O PERÍODO DE PROVA. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal e ambas as Turmas desta Corte, após evolução jurisprudencial, passaram a não mais admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso ordinário, nas hipóteses em que esse último é cabível, em razão da competência do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal tratar-se de matéria de direito estrito, prevista taxativamente na Constituição da República.

2. Esse entendimento tem sido adotado pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, com a ressalva da posição pessoal desta Relatora, também nos casos de utilização do habeas corpus em substituição ao recurso especial, sem prejuízo de, eventualmente, se for o caso, deferir-se a ordem de ofício, em caso de flagrante ilegalidade.

3. Não há constrangimento ilegal na decisão que, ainda no curso do período de prova do livramento condicional, determina a suspensão da benesse, em razão do cometimento de novo crime pelo apenado.

4. A teor do art. 145 da Lei de Execução Penal, a prática de novo delito no decorrer do livramento condicional autoriza a suspensão cautelar do benefício. Precedentes.

5. Ordem de habeas corpus não conhecida.

(STJ: HC 279.200/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2014, DJe 07/03/2014)

De igual modo, com relação à perda de 1/3 dos dias remidos em favor do reeducando, o reconhecimento de falta grave, decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena, prescinde do trânsito em julgado da condenação.

Vale ressaltar que a remição é medida de política de execução criminal incentivadora da ressocialização dos apenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto. Entretanto, os dias remidos têm natureza de expectativa de direito, de forma que, cometida alguma falta grave, o apenado ficará sujeito a sua perda.

Apesar de não se tratar de consequência automática da falta grave, não há qualquer vício a ser corrigido quando o magistrado fundamenta sua decisão e o caso concreto demonstra a real necessidade de punição, contanto que respeitado o limite imposto no art. 127 da Lei nº. 7.210/84, como no presente caso.



106

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

A matéria foi objeto de discussão e uniformização pela terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp nº. 1.336.561/RS, *representativo de controvérsia*, que entendeu como cabível a anotação da infração disciplinar, não obstante o feito relativo ao novo delito encontrar-se em curso.

Nesse sentido:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO (1) IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. (2) PRÁTICA DE CRIME DOLOSO. NECESSIDADE DE TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA PARA O RECONHECIMENTO DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. DESNECESSIDADE. (3) FALTA GRAVE. INTERRUÇÃO DO LAPSO TEMPORAL PARA A PROGRESSÃO DE REGIME. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. (4) PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. EFETIVA FUNDAMENTAÇÃO. ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. (5) WRIT NÃO CONHECIDO.

1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional, e, em louvor à lógica do sistema recursal. *In casu*, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.

2. O reconhecimento de falta grave decorrente do cometimento de fato definido como crime doloso no cumprimento da pena prescinde do trânsito em julgado de sentença penal condenatória no processo penal instaurado para apuração do fato (3ª Seção, Recurso Especial Representativo da Controvérsia - REsp nº 1.336.561/RS).

3. A prática de falta grave representa marco interruptivo para obtenção de progressão de regime prisional. (EREsp 1.176.486/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/03/2012, DJe 01/06/2012).

4. Com o advento da Lei nº 12.433/2011, a perda dos dias remidos em razão da prática de falta grave limita-se ao patamar de 1/3 (um terço) e a fração eleita pelo juízo da execução deve ser devidamente justificada, o que se verifica no caso em apreço.

5. Writ não conhecido.

(STJ: HC 262.572/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 28/11/2013)

A adoção da fração máxima prevista para perda dos dias remidos se funda, sobretudo, no histórico penal do agravante (a evasão do sistema penitenciário) e na reiteração delitiva (pois esta é a quinta ação penal a que responde o sentenciado pela prática do delito de furto qualificado), não havendo, igualmente, qualquer justificativa fática ou legal que recomende a sua alteração, ainda que reconhecido o bom comportamento do apenado durante o cumprimento regular da pena.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

No tocante à remoção do presídio e ao restabelecimento ao direito de trabalho no interior da unidade prisional, melhor sorte não assiste ao recorrente, pois a definição do estabelecimento penitenciário em que o apenado deve permanecer traduz atividade própria do Juiz da Execução Penal, não podendo aquele magistrado delegar seu poder jurisdicional ao condenado, deixando que ele escolha a pena e o local de cumprimento que lhes sejam mais convenientes, pois a obediência aos preceitos jurídicos deve prevalecer sobre o interesse do réu, visando sempre a recuperação social do reeducando, a fim de que possa conviver em sociedade segundo os preceitos vigentes no ordenamento jurídico.

Com efeito, apesar de apresentar argumentos que reforçam a necessidade de manutenção dos vínculos afetivos, familiares e sociais do sentenciado, o agravante não demonstrou nenhum prejuízo efetivo ao objetivo ressocializador de sua pena com a manutenção do local onde se encontra atualmente.

Ao contrário, o acusado permanece segregado nos dias atuais em virtude da condenação com trânsito em julgado de quatro processos criminais distintos, de modo que o cumprimento adequado da pena deve se dar em penitenciária com essa finalidade, e não no presídio indicado por sua defesa, tendo em vista a inexistência de prisão preventiva na ação penal em curso.

No tocante ao trabalho do preso, trata-se, em verdade, de garantia prevista legalmente, consoante dispõem os arts. 28 e seguintes da Lei nº. 7.210/84, tratando-se de um direito e um dever daqueles que foram condenados e se encontram nos estabelecimentos prisionais, objetivando reabilitar e ressocializar o preso, auxiliando sua recuperação e preparando-o para a reinserção na vida em sociedade por meio do mercado de trabalho.

Além disso, como bem ressaltado pela defesa do agravante, o direito ao trabalho, ao estudo e à assistência familiar é dignificante e contribui significativamente para o atendimento da função social da pena.

Porém, como se sabe, a execução penal é atividade estatal complexa que se desenvolve tanto no plano jurisdicional como no administrativo, de modo que o Poder Judiciário é encarregado de proferir os comandos pertinentes à execução da pena, embora seu efetivo



108

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Gab. Des. Marco Antônio Cabral Maggi**

---

cumprimento se dê em estabelecimentos administrados, custeados e sob a responsabilidade do Poder Executivo.

Com relação ao labor dos presos, por se tratar de garantia e dever legalmente estabelecido, a sua efetividade não depende de autorização judicial, mas tão-somente do comando da autoridade administrativa para a sua consecução, atendendo às condições pessoais e necessidades futuras, além das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho (art. 32 LEP), e também depende de autorização da direção da unidade prisional quando se tratar de trabalho externo (art. 37 da LEP).

Assim, considerando que o atual sistema carcerário pernambucano não comporta estrutura adequada para a acomodação de todos os reclusos em quadros de trabalho e vagas de estudo, de modo que apenas uma pequena parcela do contingente carcerário alcança essas condições, e além disso, por se tratar de questão que extrapola a competência jurisdicional da execução penal, pois não cabe ao Poder Judiciário a indicação de quais apenados ou quais critérios deverão ser observados para a concessão de benefícios administrativos, inviável a determinação de atendimento ao pleito defensorio com relação ao restabelecimento de seu vínculo laborativo, diante da impossibilidade de coação ao Poder Executivo para o implemento da medida de cunho primordialmente administrativo.

Diante do exposto, meu voto é para **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de Agravo de Execução interposto pelo reeducando, Edivaldo Rocha Carvalho Filho, mantendo-se integralmente a decisão recorrida, em seus próprios e jurídicos fundamentos.

Recife, 1<sup>o</sup> de julho de 2014..

  
**Des. Marco Antônio Cabral Maggi**  
Relator